

Lincom Freitas



Formação: **2006** - Graduação em Direito, Universidade Bandeirante de São Paulo – UNIBAN; **1999** - MBS - Master Business Security em Segurança Empresarial, Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP; **1990** - Graduação em Administração de Empresas, Universidade Mackenzie; **1985** - Graduação em Ciências Econômicas, Fundação Armando Álvares Penteado – FAAP.

Experiência Profissional: **Desde fevereiro 2019** foi nomeado Assessor da II Turma Disciplinar do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB, seção de São Paulo; **Desde outubro de 2010** atua como advogado autônomo, áreas (trabalhistas, Regime Geral da Previdência Social e Civil); **De novembro de 1977 a julho de 2010** foi funcionário do Banco Nossa Caixa S.A incorporado pelo Banco do Brasil, exercendo diversas funções, Gerente de Divisão de Segurança Bancária, nas atividades de proteção às pessoas, patrimônio e combate à fraude física e eletrônica; Gerente de Divisão de Transporte, Malote e Gráfica . São Paulo, em 12 de fevereiro de 2020.

Plano de Gestão

Eu, **Lincomonbert Sales de Freitas**, tenho ciência de que como Conselheiro Deliberativo participarei no estabelecimento de diretrizes e normas gerais para a organização e administração do Economus, de acordo com o previsto no art. 17, item 6, capítulo VI do Estatuto Social do Instituto.

Irei Trabalhar para preservar os direitos dos participantes e assistidos do Economus, com ética e transparência.

Diante da situação agravante, que se formou nos últimos dez anos, do Plano de Previdência Complementar e do Plano de Saúde – Fundo FEAS, que causam incertezas sobre a sobrevivência de cada um deles e por consequência inseguranças aos participantes e assistidos do Economus, apresento o Plano de Gestão que pretendo implementar durante o meu mandato.

1. Adotar estratégias para proteger o Fundo Previdenciário de forma a garantir o direito adquirido pelos participantes e assistidos quando da adesão e cumprimento das regras do Plano de Previdência Complementar do Economus.
2. Acompanhar as Ações Judiciais que o Economus seja parte envolvida para avaliar os impactos sobre o Fundo Previdenciário e o Plano de Saúde e, se for o caso, propor medidas para que não ocorram prejuízos futuros aos participantes e assistidos do Economus.
3. Defender a criação de Mesa de negociação entre, Entidades representantes e o Economus para tratar dos assuntos que afetam diretamente os participantes e assistidos, antes da tomada de decisão pelo Conselho Deliberativo.
4. Disponibilizar as atas de reuniões do Conselho Deliberativo imediatamente após serem registradas em cartório, visando maior transparência e equidade das informações.
5. Checar os sistemas de controles internos para garantir que os procedimentos adotados pelo Economus sejam suficientes para mitigar riscos inerentes aos processos de cada uma das áreas de atuação.